



GESTÃO GOVERNAMENTAL: ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

José Jaconias da Silva

josejaconias@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1212264469092956>

<https://orcid.org/0000-0001-9425-2222>

Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Cuiabá/MT

Mário Sérgio de Freitas

mfreitascba@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/9313325788765717>

<https://orcid.org/0000-0002-7835-1033>

Discente do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) pela UFMT

Cuiabá/MT

Resumo

O objetivo deste artigo científico é demonstrar os resultados dos seguintes indicadores de desempenho: Percentual de Esgotamento Sanitário Adequado (ESA), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso (IGFM) referentes ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade e sua utilização como instrumento de gestão. A pesquisa foi qualitativa quanto a abordagem e descritiva quanto ao objetivo, sendo bibliográfico e documental os meios de obtenção dos dados. Quanto ao ESA se constatou que o desempenho é desfavorável, já o IDH é de melhora nas últimas duas décadas e o IGFM piorou quanto aos seis subitens componentes desse indicador.

Palavras-chave: Indicadores de desempenho; Gestão Pública Municipal; Vila Bela da Santíssima Trindade.

GOVERNMENT MANAGEMENT: ANALYSIS OF PERFORMANCE INDICATORS FOR THE MUNICIPALITY OF VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

Abstract

The objective of this scientific article is to demonstrate the results of the following performance indicators: Percentage of Adequate Sanitation Coverage (ESA), Human Development Index (HDI), and Mato Grosso Municipal Fiscal Management Index (IGFM) for the municipality of Vila Bela da Santíssima Trindade and their use as a management tool. The research was qualitative in approach and descriptive in objective, with bibliographic and documentary methods used for data collection. Regarding ESA, it was found that the performance is unfavorable, while the HDI has shown improvement in the last two decades, and the IGFM has worsened across all six sub-items that compose this indicator.

Keywords: *Performance indicators; Municipal Public Management; Vila Bela da Santíssima Trindade.*



1 INTRODUÇÃO

Indicadores de desempenho, segundo Tadachi e Flores (2005), são formas de representação quantificáveis das características de produtos e processos. Rosa (2006), em concordância, com Westwick (1989) define indicadores como ferramentas essenciais para monitoração do desempenho das organizações e da própria concorrência.

O tema indicadores de desempenho é de grande importância para se saber os resultados da Administração Pública, bem como proporcionar o planejamento, mormente por ser este compreendido como ação anterior que condiciona as decisões públicas (CARDOSO JÚNIOR, 2011, p. 16). De modo que nesse contexto os indicadores de desempenho possibilitam, ainda, o controle entre o planejado e executado, permitindo a ação corretiva, visando melhorias contínuas (BRASIL, 1997, p. 34).

O município de Vila Bela da Santíssima Trindade (VBST) é o objeto deste estudo, cuja escolha se deve ao fato de se encontrar com uma gestão crítica (péssima), segundo os critérios estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE - MT) quanto aos resultados dos Índices de Gestões Fiscais desse município no recorte temporal de 2011 a 2018. Essa cidade se localiza na região do sudoeste de Mato Grosso dentro da Amazônia Legal, fazendo fronteira com a Bolívia e foi a primeira capital de Mato Grosso.

O problema de pesquisa consiste em saber quais são os resultados do Percentual de Esgotamento Sanitário Adequado (ESA), do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso (IGFM) de VBST? Para tanto, tem-se como objetivo geral demonstrar os resultados do ESA, IDH e IGFM do município de VBST. Os objetivos específicos foram: 1) conhecer os resultados do ESA, do IDH e do IGFM como instrumentos de gestão e 2) efetuar comparações com outros municípios.

O próximo assunto é o referencial teórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se indicador de desempenho como um número, percentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com objetivo de comparar essa medida com metas pré-estabelecidas (TCU, 2000, p.10, apud MACHADO, 2004, p 35).

Machado (2004) afirma que Indicadores são instrumentos importantes para o controle da gestão não apenas na administração privada, mas também e principalmente na Administração Pública, por aumentarem a transparência e o diálogo entre os diversos segmentos da sociedade.

Um dos objetivos de um indicador é mensurar se os fins da organização estão sendo alcançados.

Diante desse cenário, a seguir se apresenta a importância dos indicadores ESA, IDH e IGFM e as possíveis consequências do não monitoramento.

Quadro 1 - Importância do indicador e consequências pelo não monitoramento

Indicador	Importância	Consequências do não monitoramento e não atuação da gestão governamental
ESA	Específica os dados de esgotamento sanitário de forma a possibilitar análises e avaliações da transformação do meio físico e social, buscando a elaboração e formulação de políticas e ações urbanas	Possibilidade de haver insalubridade e a saúde se tornar precária (elevação de doenças). R\$ 1,00 investido em saneamento permite a economia de R\$ 4,00 em saúde pública.



	(SANTIAGO e DIAS, 2014, p. 1)	
IDH	<p>- oferece um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.</p> <p>- Considera a dimensão econômica, social, cultural, política, saúde e educação que influenciam na qualidade da vida humana.</p> <p>- Permite comparação internacional do nível de desenvolvimento do país</p>	Inviabiliza conhecer a realidade do desenvolvimento humano nos seus diferentes contextos, impossibilitando um melhor acompanhamento e desenvolvimento das políticas públicas e não ajudando a superar problemas por meio da entrega de bens e serviços adequados por parte do Estado.
IGFM Receita Tributária Própria	<p>- Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias, bem como o percentual da receita tributária (receitas tributárias + multas, juros e correção monetária de receitas tributárias + contribuição de iluminação pública + taxas) em relação ao montante da receita corrente líquida (Resolução Normativa TCE/ME nº 29/204).</p> <p>- É possível verificar qual a capacidade de pagamento da gestão municipal considerando as transferências, obrigatórias ou não, que são realizadas pelos demais entes federativos (estado e União).</p>	Resulta em uma maior instabilidade na execução dos programas e ações de governo, bem como na não operacionalização dos projetos definidos no orçamento do município.
IGFM Despesa com Pessoal	Representa quanto os municípios mato-grossenses comprometem sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal. Significa o percentual da despesa com pessoal em relação ao montante da RCL (Resolução Normativa TCE/ME nº 29/204).	Dificuldades de investimento e administração das demais áreas da administração municipal, além do desrespeito aos preceitos da estabilidade fiscal, definidos pela Lei Complementar 101/2000, em especial os artigos 18 a 24, o que acarreta vários problemas ao município, como incapacidade de realizar empréstimos, contratar pessoal e realizar ações necessárias para entrega de políticas públicas efetivas à população.
IGFM Liquidez	Avalia a capacidade de pagamento dos municípios mato-grossenses em relação às obrigações classificadas em restos a pagar (despesas empenhadas e não pagas até o final do ano)	Despesas que concorrerem com o orçamento do ano, bem como é um risco de descumprimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (saldo de restos a pagar no término de um mandato incompatível com o caixa deixado para o pagamento).
IGFM Investimentos	Saber o total de investimentos em relação à receita líquida	Volume de investimentos de caráter social e ambiental pode ser inexpressivo em relação ao ritmo de crescimento das receitas líquidas, ou seja, priorizar as despesas correntes (custeio) em detrimento dos investimentos
IGFM Custo da Dívida	Avalia o comprometimento do orçamento dos municípios mato-grossenses com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Significa o custo da dívida em relação ao montante da RCL. (Resolução Normativa TCE/ME nº 29/204).	A não verificação desse indicador gera barreiras a uma boa gestão municipal, considerando a falta de recursos constantes do orçamento anual para execução dos programas de governo, além de inviabilizar a administração correta dos diversos órgãos e unidades municipais, como execução de despesas correntes, necessária ao funcionamento do município.



IGFM Resultado Orçamentário do RPPS	- Verifica o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), quando instituído pelo município mato-grossense. - Significa o quanto o fundo de previdência é superavitário ou deficitário (Resolução Normativa TCE/ME nº 29/204).	Sobrecarrega o orçamento municipal com despesas obrigatórias de previdência social, o que acarreta em descontrole fiscal e orçamentário, afetando a capacidade de atuação da gestão municipal.
--	--	--

Fonte: adaptado pelos autores com fundamento nos documentos do TCE - MT

As características dos indicadores facilitam a comparação entre localidades, grupos distintos, permitindo gerar rankings de políticas, investimentos e ações, ou seja, serem formas de acompanhar os resultados das ações governamentais ao longo do tempo. A facilidade de comparação entre o indicador e os referenciais apropriados é fundamental.

Os detalhamentos pontuais de cada indicador de desempenho se encontram nos itens a seguir.

2.1 Esgotamento Sanitário Adequado

O ESA cuida do saneamento básico, o que expressa à relação entre a população atendida pelo sistema de esgotamento sanitário: rede coletora, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, direto para o rio, lago ou mar e outro tipo. O indicador é a razão, expressa em percentual, entre a população com acesso a esgotamento sanitário e o total da população, subdividida nos segmentos urbano e rural. As informações são produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (Brasil, 2018).

O esgotamento sanitário, segundo definição da norma brasileira NBR 9648 (ABNT, 1986) é o “despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária”. De forma que a água passa por transformações químicas e não pode ser devolvida à natureza sem tratamento adequado.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento - SNIS (TRATA BRASIL, 2012), apenas 48,3% da população do país tem acesso à coleta de esgoto e 38,7% dos esgotos gerados são destinados para tratamento. Portanto, os problemas não estão somente relacionados à cobertura, mas também a eficiência do serviço (ITB, 2013).

Repita-se que do ponto de vista econômico, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, o setor público economiza R\$ 4,00 em medicina curativa (BRASIL, 2004, p. 11), o que sem dúvida é um importante ganho econômico social.

Apesar da eficiência do uso de indicadores no fornecimento de informações para avaliação do serviço de esgotamento, existem situações nas quais a complexidade do sistema não permite esta avaliação por um único indicador. Sendo assim, a fim de analisar os aspectos obtidos pelos diversos indicadores, esses são agregados em um índice, com valores adimensionais, de forma que possam expressar uma situação complexa de maneira compacta e objetiva (MARANHÃO, 2007; OGATA, 2014).

2.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH é o indicador de referência mundial que mede resumidamente, a longo prazo, 3 (três) dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. De forma que o conceito de desenvolvimento humano possui a medida pelo IDH, sendo



que ambos foram concebidos em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e com a colaboração e inspiração no pensamento do economista Amartya Sen (PNUD, Ipea, FJP, 2013).

O IDH Municipal (IDHM), fomentado desde 1998, foi apresentado no Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, que é um documento elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e Fundação João Pinheiro. O IDHM é uma adaptação do IDH Global, com objetivo de adaptar a metodologia utilizada no índice global ao contexto brasileiro e realidade brasileira. (PNUD, IPEA, FJP, 2013).

Discutindo sobre a importância e o conceito do IDH, Guimarães e Januzzi (2005) afirmam que esse indicador visa medir o nível de desenvolvimento de um país a partir de uma visão mais ampla do que a simples relação entre o crescimento econômico e a população. Para tanto, o índice inclui as dimensões de renda, educação e saúde.

2.3 Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios do Estado de Mato Grosso

O Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios do Estado de Mato Grosso (IGFM) foi desenvolvido pelo TCE - MT, com a proposta de mensurar a qualidade de gestão pública dos municípios do estado de Mato Grosso. Ele é subsidiado pelos dados recebidos por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada (APLIC). O papel do mesmo é “estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação dos recursos” (TCE, 2018).

A seguir se transcreve *ipsi litteris* os esclarecimentos sobre o IGFM constante no site do TCE - MT:

O IGFM é composto por 6 índices conforme descritos a seguir:

- **IGFM Receita Tributária Própria:** referente a capacidade de arrecadação de cada município. Peso: 20% para municípios com RPPS, 22,222% para municípios sem RPPS;

- **IGFM Despesa com Pessoal:** representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento. Peso: 20% para municípios com RPPS, 22,222% para municípios sem RPPS;

- **IGFM Liquidez:** responsável por verificar a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte. Peso: 20% para municípios com RPPS, 22,222% para municípios sem RPPS;

- **IGFM Investimentos:** acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida. Peso: 20% para municípios com RPPS, 22,222% para municípios sem RPPS;

- **IGFM Custo da Dívida:** avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Peso: 10% para municípios com RPPS, 11,111% para municípios sem RPPS;

- **IGFM Resultado Orçamentário do RPPS:** avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário. Peso: 10% para municípios com RPPS, não avaliado em municípios sem RPPS; Cada município é classificado com conceitos, sendo:

A (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 pontos);

B (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8 pontos);



C (Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6 pontos);
D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 pontos);

Assim, o IGFM é de grande utilidade para se saber a qualidade da gestão pública de determinado município de Mato Grosso.

Realizado o referencial teórico, efetua-se os argumentos quanto aos procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi qualitativa quanto à abordagem, descritiva no que diz respeito ao objetivo (finalidade) e indutiva quanto ao método científico utilizado com os dados secundários. Com relação aos meios (aspecto procedimental de coleta de dados), reveste-se de natureza bibliográfica e documental.

Os dados secundários foram coletados da Internet. Considera-se como de plena credibilidade tais indicadores, uma vez que as organizações fornecedoras pertencem às esferas públicas e possuem credibilidade: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e TCE - MT.

A análise compreendeu os índices de desempenhos de VBST nos anos de 1991, 2000 a 2010 para o ESA e IDH e nos anos de 2011 a 2018 para o IGFM, bem como com comparações com os piores e melhores índices entre os municípios do estado de Mato Grosso. De forma que este procedimento foi o cerne da análise de dados.

O item a seguir se refere à discussão dos resultados, que possui explicações que ampliam os conteúdos já abordados nas páginas anteriores.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As comparações, análises e os resultados dos indicadores ESA, IDH e IGFM de VBST se encontram nos tópicos seguintes.

4.1 Esgotamento Sanitário Adequado

A proporção da população brasileira com saneamento adequado, segundo o Censo do IBGE 2010, era de 59,4% para o Serviço de Abastecimento de Água, de 58,6% para o Manejo dos Resíduos Sólidos e de 39,7% para o Serviço de Esgotamento Sanitário. No cenário nacional, para universalização do saneamento básico, seria necessário incluir pouco mais de 40% da população nos serviços de atendimento adequado de abastecimento de água e de manejo de resíduos e 60% da população com atendimento adequado de esgotamento sanitário.

Em relação ao município de VBST, dados do censo demográfico 2010 do IBGE apontaram que pouco mais de 500 pessoas, que representam 3,5% da população total, eram atendidas por rede geral de esgotamento sanitário e cerca de 1.305 (9%) eram atendidas por fossas sépticas, o que leva a um total de 12,5%, ou seja 1.805 das 14.493 unidades residenciais existentes na cidade, sendo viabilizadas com esgotamento sanitário adequado. Nota-se que o desempenho é desfavorável quando comparado aos outros municípios do estado de Mato Grosso, pois VBST permanece na posição 57 de 141. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, o município analisado registra a posição 4.172 de 5.570. Veja na tabela 1 as comparações entre alguns municípios:

Tabela 1 - Comparação ESA ano 2010 (em %)

Cidade	2010	Posição
--------	------	---------



Cuiabá	80,2	1º
Várzea Grande	47,8	5º
VBST	12,5	57
Nova Marilândia	0,6	141

Fonte: IBGE

4.2 Índice de Desenvolvimento Humano

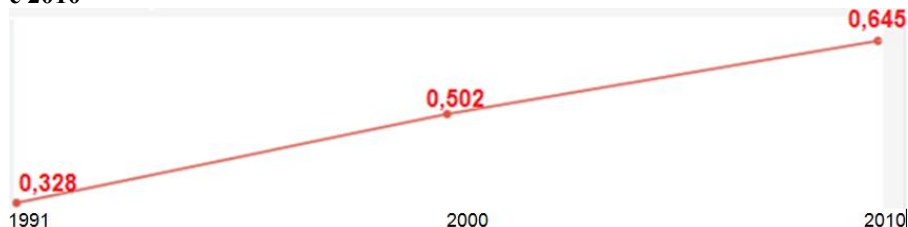
Quanto ao IDH, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), com dados extraídos dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, registra que o Município de VBST em 1991 apresentava IDH igual a 0,328 situando-se na faixa de muito baixo desenvolvimento humano. Já em 2000, o município apresentava IDH de 0,502 passando para a faixa de baixo desenvolvimento humano. No de 2010 alcança 0,645 se situando na faixa de médio desenvolvimento humano. A tabela 2 e figura 1 retratam essas situações da série histórica.

Tabela 2 - Série histórica do IDH e comparações

Cidade	1991	2000	2010	Posição
Cuiabá	0,569	0,692	0,785	1º
Várzea Grande	0,370	0,555	0,734	13
VBST	0,328	0,502	0,645	126
Campinápolis	0,273	0,443	0,538	141

Fonte: IBGE

Figura 1 - Índice de Desenvolvimento Humano de Vila Bela da Santíssima Trindade em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP

Sobre a evolução do IDH no município de VBST, informações do Atlas de Desenvolvimento Humano, publicado no ano de 2013, esclarece que entre 1991 e 2000, em um índice de medição com máximo de 1, o IDH do município passou de 0,328 em 1991 para 0,502 em 2000, demonstrando uma taxa de crescimento de 53,05%. Na década seguinte, passou de 0,502 em 2000 para 0,645 em 2010, com uma taxa de crescimento de 28,49%. De forma que esse município teve um incremento no seu IDH de 96,65% nas últimas duas décadas.

O IDH Educação em 1991 era 0,094, passando, em 2000, para 0,260 e no ano de 2010 apresentou o índice de 0,495 para esse município. A proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 70,43%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 77,07%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 50,59%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 26,63%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 52,46 pontos percentuais, 68,95 pontos percentuais, 47,84 pontos percentuais e 24,87 pontos percentuais.

O IDH Longevidade era de 0,652 no ano de 1991 e em 2000 correspondeu a



0,762, passando em 2010 para 0,843. No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,9 anos na última década, passando de 70,7 anos em 2000 para 75,6 anos em 2010. Em 1991 era de 64,1 anos.

Por sua vez, o IDH Renda em 1991 era de 0,578, tendo passado em 2000 para 0,638 e no ano de 2010 correspondeu a 0,644. A renda per capita média de VBST cresceu 50,79% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 291,23 em 1991 para R\$ 424,62 em 2000 e para R\$ 439,15 em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,19%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,28%, entre 1991 e 2000 e 0,34% entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 52,56% em 1991 para 42,54% em 2000 e para 29,73% em 2010.

Em comparação com outras cidades brasileiras, o município de VBST ocupa a 3.201 posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM do ano de 2010. Nesse ranking, o maior IDH é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA). No mesmo período, entre os municípios do estado de Mato Grosso, a cidade de VBST ocupou a 126, sendo que a capital Cuiabá ficou com o maior índice com 0,785 e o município de Campinápolis ficou com o menor 0,538. A esse respeito, verifica-se que, apesar do crescimento, ocorre diminuição do ritmo da melhoria do índice na última década analisada. Neste sentido, apesar do avanço em termos absolutos, o município ainda figura entre aqueles com os piores índices, na 126 posição entre os 141 municípios mato-grossenses.

Ainda de acordo com informações do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, entre 2000 e 2010, a variável que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,235), seguida por Longevidade e por Renda.

Entretanto, apesar da evolução no IDH como um todo, com maior expressão para a inserção de crianças e adolescentes na escola, no município ainda se observa expressiva população de adultos sem escolarização, conforme a participação deste público na evolução entre os anos de 1991 e 2010. Apesar da melhora na escolarização desse público, ainda se registra no ano de 2010, que o analfabetismo entre a população com 18 anos ou mais ainda era de 14% e 52,7% possuíam somente o fundamental incompleto. Outro dado importante é que renda foi a variável que menos melhorou nos índices do IDH na cidade de VBST.

Na cidade de VBST se nota melhoras nos indicadores do IDH de 2010 e 2020, mas não ocorre um avanço expressivo na qualidade de vida de seus habitantes. Outras cidades do estado de Mato Grosso se destacam no cenário nacional pelos índices alcançados em outros indicativos e também no IDH, o que demonstra uma desigualdade verificada na distribuição dos rendimentos auferidos pela população de muitas cidades de Mato Grosso.

4.3 Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios

Sobre o IGF, a tabela 4 trata das compreensões e avaliações quanto ao IGF, considerando as classificações da qualidade de gestão pelos conceitos A - Excelência (8,001 a 10), B - Boa (6,001 a 8,0), C - em Dificuldade (4,001 a 6,0) e D - Crítica (abaixo de 4,0).

VBST nunca obteve a classificação “A - Gestão de excelência” desde que o TCE - MT iniciou a adoção do IGF no ano de 2011.

No caso do indicador IGF T se observa uma relativa estabilidade entre 2012 e 2015, com índices variando entre 0,63 e 0,81, e um declínio da curva, após 2016 (0,49),



culminando em resultado crítico em 2017 e 2018, com índices de 0,34 e 0,27. Veja a tabela 3:

Tabela 3 - Série histórica dos indicadores IGFM

anos	IGFM T	IGFM P	IGFM L	IGFM I	IGFM D	IGFM S	IGFM G	Classificação	Rank
2011	0,48	0,68	0,40	0,38	0,00	0,54	0,44	C - em dificuldade	108
2012	0,81	0,81	0,67	0,87	0,16	0,90	0,74	B - boa gestão	17
2013	0,81	0,63	1,00	0,08	0,00	0,61	0,57	C - em dificuldade	56
2014	0,75	0,64	0,26	0,46	0,35	0,72	0,53	C - em dificuldade	85
2015	0,63	0,55	1,00	0,44	0,45	0,61	0,63	B - boa gestão	51
2016	0,49	0,63	0,47	0,43	0,03	0,77	0,48	C - em dificuldade	117
2017	0,34	0,27	0,56	0,40	0,15	0,60	0,39	D - crítica (péssima)	122
2018	0,27	0,53	0,66	0,16	0,25	0,36	0,39	D - crítica (péssima)	127

Fonte: TCE - MT

Legendas: - IGFM T: IGFM Receita Tributária Própria;

- IGFM P: IGFM Despesa com Pessoal;

- IGFM L: IGFM Liquidez;

- IGFM I: IGFM Investimentos;

- IGFM D: IGFM Custo da Dívida;

- IGFM S: IGFM Resultado Orçamentário do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e

- IGFM G: IGFM Geral.

Comparando é possível, ainda, verificar que o IGFM P apresentou resultado satisfatório, considerado de excelência, apenas em 2012, com índice de 0,81, e que, a partir desse ano, ocorreu uma tendência em oscilações de queda, nos anos subsequentes, 2013-2016, chegando a 0,27 em 2017, cenário preocupante, já que coloca o município em situação crítica em relação ao indicador. Fato que se manteve em 2018.

O indicador IGFM L atingiu por duas vezes a gestão de excelência nos anos de 2013 e 2015, uma vez que teve a pontuação 1,00 que é a máxima.

O IGFM I pontuou destaque somente em 2012 com 0,87, o que significa, também, uma gestão de excelência.

O IGFM D esteve na classificação de situação crítica no período de 2011 a 2018, porquanto oscilou de 0,00 a 0,35, exceção ao ano de 2015 que pontuou 0,45 que é a situação de dificuldade, ou seja, melhor do que a crítica.

O IGFM S pontuou dificuldade em dois momentos, 0,54 em 2011 e 0,60 em 2017 e crítica em 2018 com 0,36; no entanto, conseguiu a gestão de excelência em 2012 com 0,90 e boa gestão no período de 2013 a 2016, uma vez que os valores variaram de 0,61 a 0,77.

A tabela 4 a seguir demonstra a comparação entre 4 (quatro) municípios de Mato Grosso referente aos desempenhos dos 7 (sete) indicadores pertencentes ao grupo IGFM e relativos ao ano de 2018.

Tabela 4 - Comparativo do IGFM em 2018

Cidade	Tributário	Despesa Pessoal	Liquidez	Investimento	Custo Dívida	Previdência Social	Geral	Rank
Tesouro	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00		1,00	1°
Cuiabá	0,82	0,31	0,53	0,55	0,33	0,12	0,49	98
VBST	0,27	0,53	0,66	0,16	0,15	0,60	0,39	127
Planalto	0,44	0,20	0,28	0,04	0,00	0,18	0,21	141

Fonte: TCE - MT

Legenda: Planalto: Planalto da Serra;

Da leitura dessa tabela e considerando o ano de 2018, constata-se que VBST está em situação desfavorável em quase todos indicadores que compõem o IGFM, exceto o IGFM L por estar com 0,66, que é de boa gestão. O município atingiu resultados péssimos (gestão crítica) no IGFM T, I, D e G, alcançando índices 0,27, 0,16, 0,15 e



0,39, respectivamente, o que caracteriza uma situação extremamente delicada para gestão municipal.

O IGFM L apresentou resultados díspares, não tendo coincidência entre nenhum dos 4 municípios, quanto a classificação de gestão em A (gestão de excelência, acima de 0,8001 pontos), B (boa gestão, entre 0,6001 e 0,8 pontos), C (gestão em dificuldade, entre 0,4001 e 0,6 pontos) e D (gestão crítica, inferiores a 0,4 pontos);

No rank, VBST aparece na posição 127. Em comparação com outros municípios, Cuiabá está em 98 e Tesouro em 1ª lugar.

A constatação quanto à gestão crítica (péssima) é uma situação prevalente em VBST. O município não tem gestão de excelência, como ocorre em Tesouro com pontuação máxima 1,00 em 6 (seis) IGFM. A explicação possível para quem se encontra na gestão crítica ou de dificuldade está na crise financeira nacional e estadual a partir de 2014 (PAULA; PIRES, 2017, p. 1). Uma das principais fontes de receitas dos municípios são as transferências da União e do estado, chamadas respectivamente de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo que este é constituído pela cota parte da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda e das cotas partes dos Municípios referentes à arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) pelo cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM). Em 2018 teve a continuidade da crise em que os entes União e o estado de MT arrecadaram menos impostos e, conseqüentemente, repassam aos municípios uma cota-parte menor (BARBOSA FILHO, 2017).

O principal objetivo do IGFM é estimular a cultura da responsabilidade administrativa, possibilitando maior aprimoramento da gestão fiscal dos municípios, bem como o aperfeiçoamento das decisões dos gestores públicos quanto à alocação de recursos (TCE, 2018). Um município com resultado insatisfatório, bem como considerado como “gestão crítica”, como é o caso de VBST, certamente, terá dificuldades em desenvolver políticas públicas realmente eficazes e que atendam às necessidades da população, padecendo de mazelas provocadas pela malversação dos recursos públicos e má Administração Pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar alcançar índices que representem a excelência da Administração Pública, com a elevação do ESA, IDH e o IGFM, considerando uma gestão por indicadores, deve ser uma preocupação e responsabilidade de todos os gestores municipais mato-grossenses e do Brasil.

Pode-se observar que quanto ao ESA, o desempenho de VBST é desfavorável quando comparado aos outros municípios do estado, o que caracteriza certa irresponsabilidade por parte do gestor público da cidade durante o período analisado, mormente no tocante ao saneamento básico.

Sobre o IDH, com base nos resultados verificados, percebe uma melhora de 96,65% nas últimas duas décadas. Resultado positivo, pois apresenta desempenho progressivo, desse indicador, durante os anos.

VBST não demonstra controle sobre a receita tributária própria, a despesa com pessoal, a liquidez (capacidade de pagamento), o investimento, as dívidas e a previdência social própria. Tais indicadores são, também, referências para a boa gestão dos recursos públicos. Fato que demonstra grande dificuldade em gerir a maior parte das



políticas públicas sob sua responsabilidade. O que é motivado principalmente pela falta de recursos financeiros, que na maior parte das vezes, são limitados.

Assim, observou-se que durante praticamente todo o período, os indicadores ESA, IDH e IGFM apresentaram resultados instáveis e insatisfatórios, porém, também, demonstraram “picos” de melhora, o que caracteriza o mau ou pouco aproveitamento de tais índices para o aprimoramento das políticas públicas desenvolvidas pelo município de VBST.

6 REFERENCIAS

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos avançados vol. 31 nº 89 São Paulo Jan./Abr. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051.

Acesso em: 30 ago. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. **O Impacto do Lançamento de Esgotos nos Corpos Hídricos**. Disponível em: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>. Acesso em 12 ago. 2025.

_____. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Manual de saneamento**. 3. ed. ver. Brasília: FUNASA, 2004. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf.

Acesso em 12 set. 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Brasil em síntese: Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade - panorama**. Disponível em:

https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/Vila_Bela_da_Santissima_Trindade/panorama.

Acesso em 12 set. 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Brasília: [s.n.], 2008.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em 13 set. 2025.

_____. **Lei 9.433 de 8 de janeiro de 1997**, que dispõe sobre o Código Civil. Governo Federal. Brasília, 1997. Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

_____. **Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.666, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, e dá outras providências. Governo Federal. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. acesso em: 02 ago. 2025.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Programa da**

qualidade e participação na administração pública. Cadernos MARE da reforma do estado; c. 4. Brasília: MARE, 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno04.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Secretaria de



Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/content/guia-referencial-para-medi%C3%A7%C3%A3o-de-desempenho-e-manual-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-indicadores>. Acesso em: 08 set. 2025.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores de programas: Guia Metodológico.** Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2010. 128 p.: il. color.) Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br> . Acesso em: 08 set. 2025.

_____. **Plano Municipal de Saneamento Básico: Vila Bela da Santíssima Trindade-MT.** Organizado por Eliana Beatriz Nunes Rondon Lima, Paulo Modesto Filho e Rubem Mauro Palma de Moura. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: Ed UFMT, 2017. Disponível em: http://editora.ufmt.br/download/PMSB%202/PMSB_Vila%20Bela%20da%20Santissima%20Trindade.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. **Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil:** elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado. Governo Federal Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1584.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

Instituto Trata Brasil (ITB). **Ranking do saneamento.** São Paulo: GO Associados, 2015.

MACHADO, Sérgio Braga. **Utilização de Indicadores de Desempenho na Avaliação de Gestão Realizada pelo TCU.** Brasília, 2004 - Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital>. Acesso em 13 set. 2025.

MARANHÃO, Ney. **Sistema de indicadores para planejamento e gestão dos recursos hídricos de bacias hidrográficas.** 2007. 397 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.coc.ufjf.br/es/component/docman/?task=doc_download&gid=870&Itemid=. Acesso em 13 set. 2025.

MATO GROSSO. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. **Indicador de Gestão Fiscal dos Municípios do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>. Acesso em: 09 ago. 2020.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. **Índice de Gestão Fiscal dos Municípios de Mato Grosso (IGFM).** Cuiabá, 2020. Disponível em: <http://www.tce.mt.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>. Acesso em: 09 ago. 2020.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. **Resolução Normativa No 29/2014** - TP TCE/MT. Cuiabá: [s.n.], 2014.

OGATA, Igor Souza. **Desenvolvimento do índice de pobreza hídrica para a bacia hidrográfica do Rio Paraíba.** 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.

PAULA, Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira.** In: Revista Estudos Avançados. vol.31, n. 89. São Paulo, 2017. Disponível



em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD).

Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 13 set. 2025.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. PNUD : IPEA : FJP, 2013.

ROSA, Eurycibiades Barra. **Indicadores de Desempenho e Sistema ABC: O uso de Indicadores para um Gestão Eficaz do Custeio e das Atividades de Manutenção**. (Dissertação de Doutorado) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3136/tde-05092006-124335/publico/EurycibiadesBarraRosa.pdf>. Acesso em: 02 set. 2025.

SANTIAGO, Leila Santos; DIAS, Sandra Maria Furiam. **Matriz de indicadores de sustentabilidade para a gestão de resíduos sólidos urbanos**. Engenharia Sanitária e Ambiental, vol. 17 n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522012000200010. Acesso em 15 ago. 2025.

SILVA, F. C. **Saneamento do ambiente saúde e ambiente**. Brasília, 2005. Disponível em:

http://www.saudepublica.web.pt/5%20Saude%Ambiental/Ambiente/saneamento_ambiente.htm. Acesso em: 02 set. 2025.

TRATA BRASIL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). **Dados gerais do saneamento básico no Brasil**. [S. l.], 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil-bakup>. Acesso em: 02 set. 2020.